

Resenha de livro

História das Relações Internacionais do Brasil. Por Doratioto, Francisco e Vidigal, Carlos Eduardo. Coleção Temas Essenciais em RI, coordenada por Oliveira, Henrique Altemani de e Lessa, Antônio Carlos. São Paulo: Saraiva, 2014. ISBN: 978-85-02-61818-3.

Resenhista:

Vinícius Araújo Bezerra (UEPB)

viniciusbel@hotmail.com>

Recebido em: 21/01/2015

Aprovado em: 25/01/2015

A importância da história para o estudo das relações internacionais justifica a análise crítica do livro “História das Relações Internacionais do Brasil”, de autoria dos historiadores Francisco Doratioto e Carlos Eduardo Vidigal. A obra possui 141 páginas e foi coordenada pelos professores Antônio Carlos Lessa e Henrique Altemani de Oliveira. Ela está dividida em seis capítulos, de acordo com a linha temporal da História do Brasil, desde a Independência até o governo Dilma Rousseff. O livro busca analisar a política externa do país a partir da ótica do desenvolvimento econômico.

No capítulo 1 “Independência e definição do estado nacional (1822 – 1845)”, os autores debatem como as negociações da Independência do Brasil para o reconhecimento como Estado, mediadas pela Grã-Bretanha, comprometeram as atuações do país no cenário internacional da época. Além disso, fatores como as complexas relações geopolíticas no Rio da Prata e a abdicação de Pedro I deixaram o estado brasileiro frágil diante dos novos desafios externos. São eles: ao norte, com a tentativa de expansão europeia no rio Amazonas e, ao sul, com a guerra civil uruguaia, além da pressão inglesa pelo fim do tráfico de escravos.

O fortalecimento do Estado brasileiro foi uma forma de contornar os problemas externos, segundo os autores. No capítulo 2 “Soberania, Intervencionismo e Pragmatismo (1845 – 1889)”, essa é a tônica. O Brasil se organizou internamente com o reinado de Pedro II e, assim, posicionou-se de forma mais robusta em relação aos desafios externos. Os autores afirmam que o Brasil conseguiu conter as demandas da Argentina para a formação de um grande estado, interveio no Uruguai para defender seus interesses, desencadeando a Guerra do Paraguai, consolidou suas fronteiras e abriu a navegação do rio Amazonas às nações amigas, a fim de evitar contestações.

A partir de 1870, no entanto, o Estado monárquico passou por uma crise política interna, o que abriu margem para um menor ativismo brasileiro em sua política exterior. Isso é

exposto no capítulo 3 “Americanismo, ativismo e frustração (1889 – 1930)”. Os autores mostram que houve uma mudança significativa de atitude a partir do advento da República. A postura brasileira passou a ser de um americanismo ingênuo, como se pôde observar em relação à Argentina, em que o Brasil aceitou a divisão do território de Palmas e a saída do país da Liga das Nações por considerar possuir um peso político maior do que realmente tinha, especialmente por ter participado, discretamente, da I Guerra Mundial.

O ativismo do período ficou por conta do pragmatismo do Barão do Rio Branco à frente do Itamaraty e a consolidação do modelo agroexportador que, em essência, é o sistema econômico que perdura para as linhas de ação da política externa brasileira. Desse modo, no capítulo 4 “Desenvolvimento, Autodeterminação e Latino-Americanismo (1930 -1961)”, os autores demonstram que a política externa do período priorizou a promoção comercial como uma forma de angariar o desenvolvimento econômico e se cacifar para uma atuação internacional mais robusta, tendo como principal exemplo a política de barganhas do Brasil na II Guerra Mundial. Eles salientam, ainda, que a relação próxima com os Estados Unidos durante o conflito não foi mantida e, por isso, J.K. propôs a Operação Pan Americana (OPA) como uma forma de evidenciar a necessidade de investimento econômico nos países da América Latina a fim de dirimir as influências do lado comunista da Guerra Fria.

No capítulo 5 “Autonomia, Universalização e Sul-Americanização (1961 – 1989)”, os autores mostram que, a partir da Política Externa Independente, o Brasil se posicionou em relação aos seus interesses no cenário internacional de maneira mais autônoma, por buscar dialogar com os dois lados da Guerra Fria, e de modo mais universalista, no sentido de diversificar suas parcerias, especialmente comerciais, pelo mundo. Além disso, segundo os autores, os governos desse período buscaram intensificar as relações com os países da América do Sul, haja vista o Tratado de Cooperação Amazônico (OTCA) e a concertação política entre Brasil e Argentina.

No último capítulo, intitulado “O Brasil no mundo globalizado (1990 – 2012)”, os autores expõem como o país passou pelo processo de abertura ao mundo iniciado com os governos de Collor e Itamar. Com Fernando Henrique, destacaram-se a arrumação econômica e o equilíbrio financeiro, a fim de impulsionar a inserção internacional do país. Desse modo, o governo Lula apresentou uma política externa mais ativa com um foco sul-sul e o objetivo comercial de promover o desenvolvimento. Os autores também registram que houve continuidade da política externa no governo Dilma, embora de forma mais contida e com um cenário internacional menos favorável.

O livro se apresenta como uma tentativa de expor, de forma objetiva, que as relações internacionais do Brasil dependem, muitas vezes, não somente de uma retórica e um posicionamento político mais robusto, mas principalmente de uma economia fortalecida que vá além da busca de mercados por produtos primários.